

REVISITANDO OS MANUAIS MÉDICO-JURÍDICOS (1930-1950): CIÊNCIA E HOMOSSEXUALIDADE FEMININA NO BRASIL

Marlon Silveira da Silva¹, Claudia Penalvo², Marcio Caetano³

*Universidade Federal do Rio Grande; Email: marlon_ltbg@hotmail.com;
claudiapenalvo@gmail.com; mrvcaetano@gmail.com*

Resumo: A regulação dos corpos, então racializados e sexuados pelas teorias higiênicas e eugênicas presentes no Brasil do início do século XX, em consonância com o novo Projeto de Nação, levou a produção de identidades que colocavam em risco esse projeto civilizacional, a exemplo das mulheres homossexuais. Neste artigo, analisaremos alguns textos publicados em diferentes fontes científicas e que produziram um discurso de (a) normalidade sobre os corpos de mulheres que mantinham relação sexual com outras mulheres, classificando-as e elaborando uma série de saberes específicos sobre elas. A discussão proposta foi orientada pelos estudos foucaultianos e inspirado na metodologia feminista.

Palavras-chave: Homossexualidade Feminina, Discursos, Educação, História, Regulação.

Durante muito tempo, a regulação do corpo e dos prazeres, assim como suas interpretações e visões sobre estes, passava antes pelos poderes exercidos pela Igreja Católica, que alimentava as compreensões em torno do corpo da mulher como aquela responsável pela perpetuação da espécie, reforçando as funções atribuídas aos papéis de esposas e mães. Essa regulação e controle se dava, dentre outras maneiras, a partir da confissão, onde as mulheres confessavam seus pecados e com isso eram repreendidas e censuradas. Segundo Foucault (1999), entre os séculos XIII e XVIII, práticas como a do celibato ou a virgindade, somada a outras práticas de direção espiritual reforçadas desde as primeiras comunidades cristãs, foram agregadas à prática da confissão, que era:

um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; e, também um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a, intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a

¹ Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro na linha de pesquisa Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande (2016) e Licenciado em História pela Faculdade Porto Alegrense (2012). E-mail: marlon_ltbg@hotmail.com.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande e Pedagoga. E-mail: claudiapenalvo@gmail.com.

³ Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: mrvcaetano@gmail.com,

articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação (FOUCAULT, 1999, p. 71).

Esse poder pastoral que supostamente conduzia os indivíduos em direção à “salvação”, exercendo influência na elaboração/estruturação de suas subjetividades através de diferentes práticas de governo, a partir do século XVIII passou das mãos da Igreja para as da Medicina. No Brasil, não diferente das demais regiões do Ocidente, o saber médico consolidado no decorrer do século XIX tornou-se o novo aliado do poder estatal da República, em que

O controle dos corpos não só obedece agora à lógica de maximização e disciplinamento da força de trabalho para a produção capitalista, entrelaça-se também com as formações discursivas de raça e nação. Se o Estado é um corpo, e se Nação e raça são os eixos da existência, é lógico que o equilíbrio do corpo social vai depender em grande parte de um discurso sobre uma “Nação sadia”, que por sua vez deverá ser politicamente elaborado pela ciência médica (FIGARI, 2007, p. 244).

Sendo assim, as práticas que de alguma forma se distanciavam da relação conjugal (como o adultério, a prostituição, a sodomia, o homoerotismo, etc.) essencial ao novo projeto de sociedade e que perturbavam a ordem social, eram estigmatizadas e relacionadas ao crime e à doença. Neste cenário, a Medicina Legal ganhou espaço, e aqueles que falavam em seu nome passaram a ser os responsáveis pela produção de saberes específicos, destinados a caracterizar e nomear os corpos que fugiam do modelo de novo homem e nova mulher preconizados pelo discurso republicano no Brasil, passando a caracterizar e conceptualizar as perversões, dentre elas, a homossexualidade feminina.

O ápice de manuais e livros destinados ao estudo das inversões sexuais, assim como da elaboração da sexualidade dita sadia, decorre do final da década de 1930 até a de 1940, não em vão. Tais publicações se aproximavam do nacionalismo estimulado e promovido durante toda a década de 1930 “à medida que Vargas ampliava o controle do Estado sobre a vida dos cidadãos” (GREEN, 2000, p. 217).

A produção de saberes sobre os indivíduos e de uma ciência responsável pela elaboração destes nos remetem às compreensões de Foucault (1987; 1999) quando nos convida a visitar a História da Ciência. Através das categorias de poder e biopoder, o filósofo nos leva a refletir sobre o controle do corpo e da sexualidade, no caso deste, corpo e sexualidade da mulher. Como já dito, a manutenção deste controle que se deu historicamente através dos discursos de diferentes instituições como a Igreja, o Estado e a Ciência, foi fundamental, tanto para o controle dos indivíduos como da

população em geral. Nessa direção, as reflexões de Negri (2001) sobre o biopoder nos auxiliam, ao concluir que:

É a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e rearticulando. O poder só pode adquirir comando efetivo sobre a vida total da população quando se torna função integral, vital, que todos os indivíduos abraçam e reativam por sua própria vontade. Como disse Foucault, ‘a vida agora se tornou objeto de poder’. A função mais elevada desse poder é envolver a vida totalmente, e sua tarefa primordial é administrá-la. O biopoder, portanto, se refere a uma situação na qual o que está diretamente em jogo no poder é a produção e a reprodução da própria vida (p. 43).

Enquanto que a biopolítica se volta para o controle da população, o biopoder, como uma técnica que através de mecanismos distintos, tem como objetivo interferir em todas as esferas da vida social atuando sobre o corpo, o biológico do indivíduo.

Nesta direção, sob o dispositivo da sexualidade foi construído um importante aparelho que produziu “a verdade” sobre os comportamentos sexuais. Para pensar essa verdade, Foucault (2006) estabelece uma relação íntima entre poder e discurso, ou seja, sustenta que é através do controle dos discursos que as instituições fazem a manutenção do poder. O monopólio de algumas instituições sobre alguns discursos, estabelece os regimes de verdade, o que possibilita que alguns tenham o que o filósofo chamou de “direito privilegiado de falar”, em que “[...] há sempre alguém com direito, advindo de uma tradição, direito regulamentado ou mesmo direito adquirido, de falar a cerca de algo [...]” (ARAÚJO, 2000, p. 65).

Nessa perspectiva é que diferentes campos do saber como Medicina, Direito, Psicologia e Educação, entre outros, foram autorizados a falar sobre o sexo, a dizer o que era permitido e o não permitido. Este último referia-se geralmente aos comportamentos sexuais considerados inadequados, impróprios, como será verificado.

A sexualidade e suas consideradas perversões foram estudadas por muitos personagens da intelectualidade nacional, destacando-se nesse período nomes como o do jurista Augusto Olympio Viveiros de Castro (1867-1927), do sexólogo Hernani de Irajá (1895-1969), do médico e professor Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947), do médico legista Leonídio Ribeiro (1893-1976) e a psiquiatra Iracy Doyle (1911-1956).

Em sua tese de doutoramento intitulada *Contribuições ao Estudo da Homossexualidade Feminina*, de 1956, inspirada pelas vertentes da psicanálise freudiana, A psicanalista Iracy Doyle

buscou analisar o comportamento da paciente *Carmen*⁴ durante o processo de sua análise. Neste livro, Doyle dedica-se exclusivamente a análise das possíveis causas e cura da inversão da paciente. A elaboração da cura, passava antes pela criação de um corpo performático: adjetivação do comportamento que denunciaria uma homossexual. Segundo Iracy (1956):

Seus vestes afastam-se dos figurinos femininos; prefere azul ao rosa, porque com a cor azul se esperam os meninos, enquanto que no quarto das meninas predomina o rosa. Seus sapatos são grosseiros e, em geral, abotinados. Adorna as paredes com nus artísticos, mais comuns nas garçonnières. Evita as companhias masculinas, e quando está com rapazes arranja meios de se furtar a galanteios, achando escusas para desenvolver atividade e assumir liderança sempre que possível. Raramente é dependente do ponto de vista econômico; odeia receber presentes, que considera pagamento, a exibir submissão. Gosta de sentir-se suficiente sob todos aspectos [...] A desconfiança constitui um dos marcos do seu caráter; movimenta-se como o perseguido, exibindo atitudes paranoides mais ou menos claras, racionalizadas diversamente. Não raro recorre à própria homossexualidade, quando consciente, para explicar a razão da vigilância a que a submetem (p. 74-75).

Ao associar a homossexualidade feminina à paranoia, Iracy Doyle se aproxima de outros/as intelectuais e de seus discursos entre as décadas de 1920 e 1950 que, conforme veremos, com frequência atribuíam a inversão feminina à “histeria” e à “neurose”. Para Doyle, existiam dois tipos de conduta homossexual patológica: homossexualidade substitutiva, em que: “os pacientes aceitam a sua personalidade sexual biológica, ostentam explícita e implicitamente as atitudes do seu sexo; revelam a sua *anormalidade*⁵ apenas por servir-se do objeto do mesmo sexo” (DOYLE, 1956, 74-75); e a homossexualidade verdadeira ou neurose homossexual, a qual refere-se a: “indivíduos que não apenas evitam qualquer associação amorosa com o outro sexo, como ainda rejeitam a própria identidade biológica sexual, tanto que sentem e agem como se pertencessem ao sexo oposto” (DOYLE, 1956, p. 23).

Essa interpretação de Doyle na década de 1950 não estava muito distante das interpretações descritas pelos pesquisadores que a antecederam, a exemplo de Afrânio Peixoto e Leonídio Ribeiro, dois dos principais expoentes da intelectualidade nacional no início do século XX. Afrânio Peixoto, formado em medicina em Salvador no ano de 1897, tornou-se um dos mais conceituados e respeitados médicos legistas da primeira metade do século XX no Brasil, sendo, inclusive, professor de Medicina Legal na Faculdade do Rio de Janeiro⁶. Além de seus trabalhos desenvolvidos na área da Medicina, foi também escritor e jurista. No livro *Sexologia Forense* (1934), o médico apresenta a possibilidade de tipos diferentes para a inversão entre mulheres:

⁴ Nome fictício adotado por Iracy Doyle no livro.

⁵ Grifo nosso.

⁶ Levando em consideração o período em que o médico lecionou na Faculdade, acreditamos na possibilidade deste ter sido professor de Iracy Doyle, embora a informação não possa ser confirmada pelos dados disponíveis.

Há, como para a inversão masculina, graus variados de perversão, desde a marcada por caracteres somáticos e aparentes, da *viraginitude* (Krafft-Ebing): aspectos másculo, grosseiro, nas feições e modos, abundância de pelos nas pernas e braços, voz grossa, hábitos viris de beber e fumar, jogar; disfarce como homem na guerra e ainda no casamento... até os tipos femininos, bem delicados e passivos, nos quais nada parece denunciar uma anomalia sexual (PEIXOTO, 1934, p.161).

Ao nos voltarmos para o discurso de Doyle e de Peixoto, nos deparamos com a possibilidade de algumas formas diferentes de inversão. Essas possibilidades, ou graus diferentes de manifestações da homossexualidade feminina, encontravam explicações nas vertentes da psicanálise freudiana, que dizia que homens e mulheres nasciam bissexuais, e ao longo de nosso desenvolvimento é que ocorriam a prevalência de um sexo sobre o outro. No curso da existência restariam apenas resquícios do sexo oposto no indivíduo. Se por um lado é possível observar uma linearidade entre sexo-desejo-sexualidade; por outro, a prerrogativa de Freud abre a possibilidade de que existir homens mais femininos e mulheres mais masculinas desvinculando a linearidade da performance do sexo.

Considerado um dos discípulos de Afrânio Peixoto, Leonídio Ribeiro, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1916, veio a trabalhar como médico legista na mesma cidade, desenvolvendo pesquisas e estudos destinados a explicações dos distúrbios sexuais. As explicações de Ribeiro a respeito da inversão sexual também se aproximavam da teoria Freudiana. Para ele “Ninguém poderá, mais assim, duvidar hoje de que a homossexualidade seja um fenômeno condicionado a um estado de bissexualidade do organismo, isto é, um verdadeiro “estado intersexual” (RIBEIRO, 1935, p. 189). No que diz respeito à definição da homossexualidade, o médico conceitua como:

[...] o conjunto de modificações das tendências afetivas e dos gostos íntimos de certas pessoas de constituição especial e que manifestam preferência por indivíduos do mesmo sexo, de forma latente ou declarada, por intenções, gestos palavras, atitudes ou atos, de modo ativo, passivo ou ambivalente (Idem, pág. 90).

Ao definir a homossexualidade e atribuí-la a “pessoas de constituição especial”, nesse momento já está, de certa forma, classificando-as entre “normais e especiais”. Seu trabalho irá descrever as “pessoas especiais” em dois tipos: aquelas que manifestam os gestos que as denunciam adotando o comportamento do sexo oposto e as mais reservadas. Importante destacar que no pensamento de Ribeiro a performatividade pública seguirá linearidade distinta de Freud, as homossexuais autodenunciadas são ativas - se aproximando das compreensões binárias em que se baseiam a partir do sexo biológico.

Leonídio Ribeiro e Afrânio Peixoto comungavam da ideia de que, em alguns casos de inversões consideradas perigosas, a internação em hospícios do indivíduo seria a alternativa mais segura, onde o lugar do invertido não era mais, como antes, a prisão. Nesta perspectiva, o tratamento e cura substituiria a penalização carcerária:

As práticas de inversão não podem continuar sendo consideradas, ao acaso, como pecado, vício ou crime, sempre que se demonstra, na maioria dos casos, que são indivíduos doentes e anormais, que não deveriam ser castigados, porque precisam antes de tudo, de tratamento (RIBEIRO, 1937, p. 35).

Muito embora Iracy, ao lado dos intelectuais homens, abordasse a homossexualidade de sua paciente como uma patologia e buscasse através de sua pesquisa apresentar possíveis medidas profiláticas, ela reconhecia a fragilidade e os limites da Psicanálise. Ao acusar “um tipo padrão de sexualidade”, podemos dizer que Iracy está desestabilizando as interpretações em torno das quais as inversões sexuais eram vistas como anormais, haja vista que estas identidades apenas se contrapunham aos modelos heterossexuais dominantes, o que as impediam de serem entendidas e aceitas apenas como outra possibilidade de viver a sexualidade. Se, por um lado, o discurso da psicanalista Iracy Doyle acenava para uma interpretação mais aberta a outras possibilidades, os discursos das primeiras décadas do século XX se apresentavam limitados à materialidade física e ao exame minucioso dos indivíduos.

Esta energia e este impulso por classificar e categorizar as homossexuais femininas tem levado muitos historiadores e historiadoras a dizerem que o surgimento de distintas categorias de seres sexuais ao longo dos três últimos séculos (XIX, XX e XXI) é consequência de um esforço contínuo de alcançar o controle social. Um exemplo dessa afirmação resiste com relação a lesbianidade, entendida como sinônimo de homossexualidade feminina. Existem escritos sobre a história do lesbianismo que destacam que o desenvolvimento de uma identidade lésbica sexualizada no fim do século XIX e princípios do XX foi uma imposição por parte dos sexólogos, concebida precisamente para dividir as mulheres, com o fim de romper os vínculos emotivos e afetivos que lhes unem contra o autoritarismo e governabilidade dos homens, afirma Mogrovejo (2000). Desde logo, isto contém fortes elementos que mais um vez nos faz pensar as redes modernas de invenção e as redes de regulação sobre o que é inventados nos discursos da ciência. Não obstante, assim como pensa Norma Mogrovejo, consideramos que é mais contundente ver o surgimento de identidades durante este período como produto da luta contra as normas prevaletentes que indiscutivelmente

tem efeitos diferentes sobre homens e mulheres. Os sexólogos não inventaram a homossexual ou a lésbica, mas tentaram traduzir a sua própria linguagem, patologizando-os.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. Foucault e a crítica do sujeito. Curitiba-PR: Ed. da UFPR, 2000.

DOYLE, Iracy. *Contribuições ao Estudo da homossexualidade feminina*. Rio de Janeiro: Imago, 1956.

FIGARI, Carlos. *@S OUTR@S CARIOCAS: Interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro século XVII ao XX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Gral, 1999.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 14^a ed. 2006.

MOGROVEJO, Norma. *Um amor que se atreviu a decir su nombre: La lucha de las lesbianas y su relación com los movimientos homosexual y feminista em América Latina*. México: Plaza y Valdes, 2000.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2001.

PEIXOTO, Afrânio. *Sexologia Forense*. Rio de Janeiro: ed. Guanabara, 1934.

RIBEIRO, Leonidio. *Problema médico legal do homossexualismo sob o ponto de vista endocrinológico*. In. Revista Jurídica. Rio de Janeiro, 1935. V.3.

_____. *Etiologia e tratamento da homossexualidade*. In Antropologia criminal. Conferências e comunicações, Rio de Janeiro, 1937. Imprensa Nacional.